A Ilustríssima Sra. Agente de Contratação do Município de Imigrante-RS.

Concorrência Pública nº 09/2024

FG CONSTRUTORA LTDA. pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rodovia RS 223, Linha São Pedro, KM 32.2, município de Tapera - RS, CEP:99.490-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 43.513.165/0001-70, representada neste ato por sua sócia, Sra. **GRAZIELA WECKER LEAL**, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF: 008.265.860-90, residente e domiciliada na rua Clemente Manica, número 385, bairro Pompeia, município de Tapera - RS, CEP: 99.490-000, vem, respeitosamente, por meio deste, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, **contra a decisão da Ilustre Agente de Contratação que habilitou a licitante COBREBEM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**, sendo declarada vencedora do certame, por ter apresentado a melhor proposta, para os lotes 1 e 2, no processo licitatório de Concorrência Pública, nº 09/2024, com fulcro nos princípios da **vinculação ao instrumento convocatório, da competitividade, da isonomia**, e outros, consoante fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

I- DA TEMPESTIVIDADE.

A sessão da Concorrência Eletrônica supracitada ocorreu na data de 18 de dezembro de 2024, e durante a solenidade a recorrente já manifestou sua intenção em recorrer, logo, o prazo para interposição da peça recursal, nos termos do Edital é de 03 (três) dias úteis, logo o apelo é tempestivo.

II- DOS FATOS.

Foi realizado a sessão pública que *“Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para reconstrução total de pontes em concreto armado, a Ponte do Remo e a Ponte Dr. Maurício Cardoso. Conforme Processo nº 59053.016871/2024-58 e Protocolo REC-RS-4310363-20240605-08, com recursos da Defesa Civil Federal, conforme informações do S2iD - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência - Anexo I e Projeto de Engenharia – Anexo II”*.

Após a fase de lances, a melhor proposta fora apresentada pela recorrida sendo R\$ 860.000,00 para o lote 1, e R\$ 239.000,00, para o lote 2. No entanto, analisando a documentação apresentada pela licitante a qual encontra-se anexa ao processo licitatório, é possível contatar que a mesma não logrou comprovar adequadamente sua proposta de

acordo com as exigências esculpidas no Edital de Abertura do Certame, em especial no item 5 (PROPOSTA FINANCEIRA).

É o relatório.

III- DO MÉRITO.

a) DO PEDIDO DE INABILITAÇÃO DA LICITANTE COBREBEM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

Claramente nota-se que a Agente de Contratação que conduzia o certamente não analisou corretamente a documentação apresentada pela licitante / recorrida, sendo que a documentação acostada quanto a proposta financeira destoou do descrito no item 5 do Edital de Abertura, *in verbis*:

5 ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA FINANCEIRA

5.1 A proposta financeira deverá ser apresentada no Envelope nº 02, e observar, no mínimo, o seguinte:

- 5.1.1** O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 dias, a contar da data de abertura da sessão da concorrência, estabelecida no preâmbulo desse edital.
- 5.1.2** O licitante deverá apresentar sua proposta considerando o **VALOR TOTAL POR LOTE** (especificando valores unitários e valor por lote), observando as diretrizes e detalhamento da **Planilha Orçamentária – Anexo II**.
- 5.1.3** A licitante deverá apresentar, junto com a proposta, a planilha de composição do **percentual do BDI e Encargos Sociais** aplicado, e o **Cronograma Físico-Financeiro**, assinados pelo Representante Legal.
- 5.1.4** Indicar, através de declaração ou na proposta, o Banco, Agência e o n.º da Conta Corrente onde deverão ser feitos os pagamentos, bem como o nome e CPF da pessoa responsável pela assinatura do contrato, caso vencedora do certame.
- 5.1.5** No valor proposto deverá estar englobado todos os custos de material e mão de obra, bem como a tributação e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento do objeto da licitação.

Compulsando a documentação da licitante, inexistente planilha com a composição dos custos dos encargos sociais, tão pouco a forma aplicada para apresentação da proposta. Além disso, a planilha de composição de custos engloba ambos os lotes em único cálculo ferindo assim a previsão editalícia.

Não se trata de mera formalidade na proposta, mas sim de elementos indispensáveis para apuração de valores que compõe o custo da obra, e se a empresa poderá executar as obras na forma descrita no Edital e seus anexos, e com uma margem de lucro, pois se do contrário fosse há um grande risco em inexecução do contrato.

A licitante apresenta apenas a planilha de composição do BDI, sem, no entanto, apresentar qualquer documento relativo **à planilha de composição dos encargos sociais exigidas no Edital.**

A Administração Pública, ao materializar o processo licitatório, consubstancia a determinação constitucional no que tange à observância dos princípios da

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, preconizadas no art. 37, caput. Regulamentando o procedimento, a Lei Federal 14.133/2021, estabelece a estrita vinculação da Administração ao Edital de abertura do certame (Lei 14.133, art. 5º), razão pela qual está adstrita à plena observância de suas disposições, não podendo olvidar do seu cumprimento. Nesse ínterim, corrobora o doutrinador Marçal Justen Filho:

[...]

O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. **Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las [...].** (Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420). Grifos.

O Edital do certame é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 5º da Lei n.º 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica**, da razoabilidade, **da competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#). Grifei.

Quanto à necessidade dos licitantes se atentarem as especificações previstas no Edital e seus anexos, convém trazer à baila a respeitada doutrina de JOSÉ DOS

SANTOS CARVALHO FILHO:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26 ed. São Paulo, Atlas. P. 246.) (grifos nossos).

Ainda, não havendo requerimento de alteração do edital através de impugnação, decaiu o direito da proponente de reclamá-lo de forma que deve seguir à risca as especificações técnicas previstas.

Nesta mesma linha é a remansosa jurisprudência:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. 1 - **O edital é a lei interna do procedimento licitatório, sendo imprescindível a observação e cumprimento de seus requisitos.** 2 - **Tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabe à Administração Pública e seus administrados procederem aos limites do edital, sob pena de nulidade do procedimento licitatório. Grifei**

APELAÇÃO – Mandado de segurança – Ilegalidade de ato administrativo – Desclassificação em processo licitatório por ausência de apresentação de composição de custos unitários – Sentença de denegação da segurança – Pretensão de reforma – Impossibilidade – **Inobservância do item 7.1. do Edital, que determina a apresentação da proposta acompanhada da planilha de preços unitários – Item 7.4. do Edital, por sua vez, que prevê que nos custos unitários adotados pela licitante deverão estar compreendidos todos os preços de materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços objeto deste certame – Regularidade da desclassificação – Recurso não provido.**(TJ-SP - AC: 10041722120198260157 SP 1004172-21.2019.8.26.0157, Relator: Maria Olívia Alves, Data de Julgamento: 26/08/2020, 6ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 26/08/2020). Grifei.

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CARTA CONVITE. PROPOSTA EM DESACORDO COM O EDITAL. **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** 1. A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público, o qual compreende não só os interesses específicos da Administração Pública como também os de toda coletividade. **Em outros termos, a adstrição às normas editalícias restringe a**

atuação da Administração, impondo-lhe a desclassificação de licitante que descumpra as exigências previamente estabelecidas no ato normativo. 2. Não há irregularidade na inabilitação de participante que não atendeu integralmente às exigências editalícias, previamente estabelecidas. Grifei

Por todo exposto, ilustres julgadores, clama-se seja seguida a regra esculpida no Edital de Concorrência Pública Presencial n.º 09/2024, a fim de que seja dada total procedência ao presente recurso, para que seja inabilitada a licitante **COBREBEM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**, para os lotes 1 e 2, uma vez que não cumpriu com os requisitos disciplinados em Edital, com base nos princípios da **vinculação ao edital**, da **isonomia** entre os licitantes, do **julgamento objetivo**, da **segurança jurídica** e da **competitividade**.

É o que se requer!

IV- DOS REQUERIMENTOS.

Por derradeiro, ante todo o exposto, a licitante/recorrente, requer:

- a) O recebimento do presente Recurso Administrativo, pois tempestivo;
- b) No mérito seja dado provimento ao apelo, com a reconsideração da decisão desse(a) Ilustre Agente de Contratação (a) a fim de reformar sua decisão inabilitando a licitante **COBREBEM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA** e habilitando a licitante segunda colocada, ora recorrente, consoante fundamentação supra, prestigiando os princípios **vinculação ao edital**, da **isonomia** entre os licitantes, do **julgamento objetivo**, da **segurança jurídica** e da **competitividade**.
- c) O devido e legal encaminhamento do presente recurso para a autoridade superior e consultoria jurídica, para que reforme a decisão proferida em desfavor da ora Recorrente, na forma de seu provimento total, sendo a licitante/recorrida inabilitada do certame, e por corolário seja habilitada a segunda colocada, ora recorrente como vencedora dos lotes 1 e 2.

Termos em que, PEDE e ESPERA DEFERIMENTO.

Tapera para Imigrante /RS, em 23 de dezembro de 2024.

FG CONSTRUTORA LTDA

GRAZIELA WECKER LEAL